

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC/SP

Dineia Paiato Millas

**O ENSINO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

São Paulo

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC/SP

Dineia Paiato Millas

**O ENSINO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Especialização em Magistério do Ensino
Superior da Pontifícia Universidade
Católica (PUC/SP) realizado sob a
orientação da Prof^a. Dr^a Alda Luiza Carlini.

São Paulo

2010

“O PLANETA NÃO VAI SER SALVO POR
QUEM TIRA NOTAS ALTAS NAS PROVAS,
MAS POR AQUELES QUE SE IMPORTAM
COM ELE.”

Ralph Waldo Emerson (1803-1882)

Filósofo norte-americano

MILLAS, Dineia Paiato. **O Ensino do Hino Nacional Brasileiro nas Escolas Públicas do Ensino Fundamental**. 2010 Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

RESUMO

O objeto desta pesquisa é o ensino do Hino Nacional nas escolas públicas de Ensino Fundamental. Em 2009, a letra do Hino, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada, completou 100 anos. As dificuldades em desenvolver as habilidades de ler e interpretar o Hino Nacional Brasileiro, por grande parte dos alunos que frequentam o ensino fundamental das escolas públicas, levam a refletir sobre o processo ensino-aprendizagem. O estudo a respeito dessas dificuldades pode indicar possíveis direcionamentos essenciais que possam vir a possibilitar esse processo, tornando-o mais produtivo e mais satisfatório, tanto para o professor como para o aluno. A compreensão do processo ensino-aprendizagem é de fundamental importância para o professor. No caso do ensino do Hino Nacional nas escolas a ênfase na ética e cidadania devem ser elementos importantes para facilitar a sua aprendizagem por parte dos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas, tornando-os responsáveis e solidários. Há de se investigar também a necessidade de orientações técnicas que possam facilitar o trabalho dos professores.

Palavras-chave: hino nacional brasileiro, cidadania e trabalho coletivo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 06

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICOS DO HINO NACIONAL BRASILEIRO 08

CAPÍTULO 2

REFLEXÃO SOBRE O CARÁTER FORMADOR DO CIDADÃO BRASILEIRO ... 18

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA 25

CONSIDERAÇÕES FINAIS 30

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Poucos estudos existem na área da educação sobre o ensino do Hino Nacional nas escolas públicas. A globalização exige uma formação contextualizada, multidisciplinar e transdisciplinar, que possibilite a articulação dos saberes e o desenvolvimento do senso de responsabilidade e de solidariedade.

Há necessidade de investigar o que ocorre com o ensino do Hino Nacional nas escolas públicas de Ensino Fundamental, pois não pode haver na educação do século XXI uma fragmentação dos saberes, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico da era contemporânea.

As mudanças ocorridas nas Propostas Curriculares do Estado de São Paulo, nos últimos anos, e a relação da cobrança das avaliações externas centralizadas nas habilidades de ler e interpretar textos, obedecendo uma grande variedade textual, contribuem para analisar o tema proposto, em situações diversas.

Com base nessa reflexão, esta pesquisa tem por objeto o ensino do Hino nacional nas escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental e, por problema as seguintes questões:

- 1 As escolas de Ensino Fundamental executam o Hino Nacional uma vez por semana?
- 2 Como é trabalhado pelos professores o ensino do Hino Nacional nas escolas de Ensino Fundamental?

Diante dessas indagações se organizaram os objetivos da investigação, que pretendeu:

- 1 Analisar a importância do ensino do Hino Nacional nas escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental visando a formação dos estudantes, em termos de cidadania e ética.
- 2 Conhecer as propostas curriculares para o ensino do Hino Nacional nas escolas.
- 3 Identificar, nas propostas pedagógicas das Unidades Escolares, como se insere o ensino do Hino Nacional.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico em fontes variadas (livros, artigos de revista e jornais e documentos oficiais) e pela coleta de informações com utilização de questionário com (05) cinco questões fechadas, aplicado a (05) cinco professores coordenadores do ciclo I e ciclo II, da rede pública e (10) dez professores da rede pública, que ministram aulas nas séries do Ensino Fundamental na Zona sul da cidade de São Paulo. Os questionários foram posteriormente tabulados e analisados.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICOS DO HINO NACIONAL BRASILEIRO

A música do Hino Nacional Brasileiro é de Francisco Manuel da Silva e foi inicialmente composta para banda. Foi chamada inicialmente de "Marcha Triunfal" e utilizada para comemorar a Independência do país. Essa música tornou-se bastante popular, durante os anos seguintes, e recebeu duas letras. A primeira letra, produzida quando Dom Pedro I abdicou do trono, era de autoria de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, sendo cantada pela primeira vez, juntamente com a execução do hino, no cais do Largo do Paço (ex-Cais Pharoux, atual Praça 15 de Novembro, no Rio de Janeiro), em 13 de abril de 1831, como desacato ao ex-imperador que embarcava para Portugal. A letra dizia o seguinte:

Os bronzes da tirania
Já no Brasil não rouquejam;
Os monstros que o escravizavam
Já entre nós não vicejam.(estribilho)
Da Pátria o grito
Eis que se desata
Desde o Amazonas
Até o Prata
Ferrões e grilhões e forcas
D'antemão se preparavam;
Mil planos de proscricção
As mãos dos monstros gizavam.

O hino passou assim a se chamar "Hino ao Sete de abril", e tornou-se popular com os versos que comemoravam a abdicação de Dom Pedro I. Posteriormente, à época da coroação de Dom Pedro II, sua letra foi trocada e a composição, devido a sua popularidade, passou a ser considerada como o hino

nacional brasileiro, embora não tenha sido oficializada como tal.

Já a segunda letra, na época da coroação de Dom Pedro II, de autoria desconhecida, dizia:

Negar de Pedro as virtudes,
Seu talento escurecer,
É negar como é sublime,
Da bela aurora, o romper.

A parte instrumental da introdução do Hino Nacional Brasileiro possuía uma letra, que acabou excluída da sua versão oficial. Essa letra é atribuída a Américo de Moura, natural de Pindamonhangaba, presidente da província do Rio de Janeiro nos anos de 1879 e 1880 e apresenta os seguintes versos:

Espera o Brasil
Que todos cumprai
Com o vosso dever.
Eia avante, brasileiros,
Sempre avante!
Gravai com buril
Nos pátrios anais
Do vosso poder.
Eia avante, brasileiros,
Sempre avante!
Servi o Brasil
Sem esmorecer,
Com ânimo audaz
Cumprai o dever,
Na guerra e na paz
À sombra da lei,
À brisa gentil
O lábaro erguei
Do belo Brasil.
Eia sus, oh sus!

Após a Proclamação da República, em 1889, um concurso foi realizado para escolher um novo Hino Nacional. A música vencedora, entretanto, foi hostilizada pelo público e pelo próprio presidente da república, Marechal Deodoro da Fonseca. Esta composição de Leopoldo Miguez ("Liberdade, liberdade! Abre as asas sobre nós!...") seria oficializada como Hino da Proclamação da República do Brasil, e a música original, de Francisco Manuel da Silva, continuou como hino oficial.

Somente em 1906 foi realizado um novo concurso para a escolha da melhor letra que se adaptasse ao hino, e o poema declarado vencedor foi o de Joaquim Osório Duque Estrada, em 1909, que foi oficializado por Decreto do Presidente Epitácio Pessoa, em 1922, e permanece até hoje. Desta forma, foi apenas por ocasião das comemorações do centenário da Proclamação da Independência que finalmente a letra escrita pelo poeta e jornalista Joaquim Osório Duque Estrada tornou-se oficial.

A orquestração do hino é de autoria de Antônio Assis Republicano e sua instrumentação para banda é do tenente Antônio Pinto Júnior. A adaptação vocal foi feita por Alberto Nepomuceno e é proibida a execução de quaisquer outros arranjos vocais ou artístico-instrumentais do hino.

O Hino Nacional Brasileiro é símbolo do Brasil, como se fosse um distintivo, uma insígnia. Quem vê a bandeira brasileira pensa no Brasil: também ela é símbolo, visto que representa o país aos olhos. Já o Hino é canção, poesia musicada. E, portanto, símbolo poético e musical que representa o Brasil aos ouvidos.

O Hino é chamado de nacional porque representa a nação brasileira. Em outras palavras, representa todas as pessoas nascidas no território nacional, isto é, os naturais do Brasil, ou brasileiros natos; e também os estrangeiros naturalizados, ou seja, pessoas que não nasceram no Brasil, mas que vivem no país há muito tempo, e juraram cumprir as mesmas obrigações cívicas dos brasileiros natos.

O Hino é, também, uma amostra da cultura brasileira. A cultura de uma nação são suas artes e ciências, sua língua, religião, história, o modo como trabalha, seus valores, leis e costumes. Assim, o Hino vale por amostra da poesia, da música, e das qualidades morais que a nação brasileira tem demonstrado em sua história. Por exemplo, no episódio da Proclamação da Independência, que o poema lembra já no início.

O Hino mostra que o Brasil é grande pela enormidade do território, pela importância das riquezas naturais e pela gente que vive aqui. Em suma, o Hino diz que os brasileiros têm muitas razões para amar sua pátria, para orgulhar-se dela, e para confiar que, unidos por esse amor, poderão legar grandioso futuro a seus descendentes.

Para melhor compreensão do que diz o Hino Nacional, é preciso dar atenção à ordem das palavras em seus versos, ou seja, de cada linha do poema. Por exemplo, o verso: *Ouviram do Ipiranga as margens plácidas* seria entendido com muito mais clareza se tivesse as palavras arranjadas na chamada ordem direta: *As margens plácidas do Ipiranga ouviram*.

A versão oficial reproduz o poema publicado pelo Diário Oficial de 2 de setembro de 1971, inclusive em termos de pontuação. Mas, a transcrição corrige dois erros de revisão do texto oficial:

- 1 em duas vezes a grafia *teem*, quando a correta seria *têm*.
- 2 o verso *Terra adorada* (no segundo estrofe) aparece seguido de vírgula na primeira parte do poema, mas na segunda, a vírgula é omitida. A transcrição adotada uniformiza a pontuação e mantém a vírgula nas duas partes.

Além de adaptações de pontuação, podem ser observadas três outras diferenças entre a letra original e a versão explicativa, construída em ordem direta:

- 1 Em ordem direta, os versos resultam brancos (sem rimas) e livres (isto é, com variação livre no número de sílabas e no ritmo).
- 2 No original do poema, as letras iniciais de cada linha são maiúsculas; a versão

explicativa dispensa esse estilo gráfico.

- 3 Palavras grifadas, que na versão em ordem direta aparecem entre colchetes, não existem na letra original, mas servem para expor o significado subentendido de algumas passagens.

Hino Nacional Brasileiro

Parte I

Música de Francisco Manuel da Silva
 Letra de Joaquim Osório Duque Estrada
 Ouviram do Ipiranga as margens
 plácidas
 De um povo heróico o brado retumbante,
 E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
 Brilhou no céu da Pátria nesse instante.
 Se o penhor desta igualdade
 Conseguimos conquistar com braço
 forte,
 Em teu seio, ó Liberdade,
 Desafia o nosso peito a própria morte!
 Ó Pátria amada,
 Idolatrada,
 Salve! Salve!
 Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
 De amor e de esperança à terra desce,
 Se em teu formoso céu, risonho e
 límpido,
 A imagem do Cruzeiro resplandece.
 Gigante pela própria natureza,
 És belo, és forte, impávido colosso,
 E o teu futuro espelha essa grandeza.
 Terra adorada,
 Entre outras mil,
 És tu, Brasil,
 Ó Pátria amada!
 Dos filhos deste solo és mãe gentil,
 Pátria amada,
 Brasil!

Poema do Hino Nacional Brasileiro

Parte I

(Versão em ordem direta)

As margens plácidas do Ipiranga ouviram
 o brado retumbante de um povo heróico,
 e, nesse instante, o sol da Liberdade
 brilhou, em raios fúlgidos, no céu da
 Pátria.
 Se conseguimos conquistar com braço
 forte
 o penhor desta igualdade,
 em teu seio, ó Liberdade, o nosso peito
 desafia a própria morte.
 Ó Pátria amada,
 idolatrada,
 salve! Salve!
 Brasil, se a imagem do Cruzeiro
 resplandece
 em teu céu formoso, risonho e límpido,
 um sonho intenso, um raio vívido
 de amor e de esperança desce à terra.
 És belo, és forte, colosso impávido,
 gigante pela própria natureza,
 e o teu futuro espelha essa grandeza.
 Pátria amada,
 Brasil, (apenas) tu,
 entre outras mil (terras),
 és terra adorada!
 Pátria amada,
 Brasil,
 és mãe gentil dos filhos deste solo

Parte II

Deitado eternamente em berço
 esplêndido,
 Ao som do mar e à luz do céu profundo,
 Fulguras, ó Brasil, florão da América,
 iluminado ao sol do Novo Mundo!
 Do que a terra mais garrida
 Teus risinhos, lindos campos têm mais
 flores;
 “Nossos bosques têm mais vida,”
 “Nossa vida” no teu seio “mais amores”.
 Ó Pátria amada,
 Idolatrada,
 Salve! Salve!
 Brasil, de amor eterno seja símbolo
 O lábaro que ostentas estrelado,
 E diga o verde-louro dessa flâmula
 - Paz no futuro e glória no passado.
 Mas, se ergues da justiça a clava forte,
 Verás que um filho teu não foge à luta,
 Nem teme, quem te adora, a própria
 morte.
 Terra adorada,
 Entre outras mil,
 És tu, Brasil,
 Ó Pátria amada!
 Dos filhos deste solo és mãe gentil,
 Pátria amada,
 Brasil!

Parte II

Ó Brasil, florão da América,
 deitado eternamente em berço
 esplêndido,
 ao som do mar e à luz do céu profundo,
 fulguras iluminado ao sol do Novo
 Mundo!
 Teus campos lindos, risinhos,
 Têm mais flores do que a terra mais
 garrida;
 (e assim como) “nossos bosques têm
 mais vida,”
 (também) “nossa vida” no teu seio (tem)
 “mais amores”.
 Ó Pátria amada, idolatrada,
 salve! salve!
 Brasil, o lábaro estrelado que ostentas
 Seja símbolo de amor eterno,
 E o verde-louro dessa flâmula diga:
 - Paz no futuro e glória no passado
 Mas, se ergues a clava forte da justiça,
 Verás que um filho teu não foge à luta,
 Nem, quem te adora, teme a própria
 morte.
 Ó Pátria amada,
 Brasil, (apenas) tu,
 Entre outras mil (terras),
 És terra adorada!
 Pátria amada,
 Brasil,
 És mãe gentil dos filhos deste solo!

As palavras ou expressões que aparecem entre aspas correspondem a extrações feitas pelos compositores do poema *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias.

Com os versos na ordem direta, o significado da letra do Hino parece muito mais claro do que no texto original. Por que então o autor teria preferido escrever tantas orações em ordem inversa? Afirmar-se que ele tinha pelo menos três razões para isso:

1. Dar mais solenidade ao que diz a letra. Quem vai a casamento, ou a alguma outra cerimônia, procura usar roupa melhor do que a de todos os dias. Do mesmo modo, há ocasiões que exigem linguagem mais solene. Nesse sentido, é necessário conhecer os sinônimos e significados das palavras do poema, disponível em vocabulário do Hino Nacional Brasileiro (Anexo 1)
2. Quando escreveu o poema, o poeta sabia que o Hino deveria sempre ser cantado em atitude cerimoniosa.
3. Facilitar o uso de certas rimas. Por exemplo, na primeira estrofe, a última palavra do segundo verso: *retumbante*, rima com a última do quarto verso: *instante*. O segundo verso: *De um povo heróico o brado retumbante*, não rimaria com o quarto se estivesse em ordem direta: *O brado retumbante de um povo heróico*. Com a liberdade de alterar a ordem das palavras sem mudar o significado da oração, o poeta pode deslocar para o fim do verso alguma palavra que ele escolha para rimar com a do fim de outro.

As rimas são importantes porque ajudam a decorar a letra do Hino. Além disto, no estilo de poesia do começo do Século XX, os poetas usavam rimas para marcar certa regularidade musical dos versos.

A letra foi elaborada para acompanhar o ritmo da música, pois a música do Hino já existia. Assim, o autor teve de escrever versos que coadunassem com a música, isto é, teve de criar correspondência entre sílabas dos versos e notas da composição musical. Para ter idéia da dificuldade de se fazer isto, vale considerar, por exemplo, a primeira estrofe, que deveria ter quatro versos de dez sílabas.

Poetas não contam as sílabas de seus versos como são escritas, mas sim como soam. Por exemplo, o segundo verso começa com duas sílabas escritas: *De um*, mas o poeta as conta como se fosse uma só, porque elas podem soar unidas: *dium*. Essa maneira de contar sílabas é a métrica, medição de comprimento de versos em sílabas fônicas.

Condições para a execução do Hino Nacional

De acordo com o Capítulo V, da Lei 5.700 (01/09/1971), que trata dos símbolos nacionais, durante a execução do Hino Nacional, todos devem tomar atitude de respeito, de pé e em silêncio. Civis do sexo masculino devem permanecer com a cabeça descoberta e os militares em continência, segundo os regulamentos das respectivas corporações. Além disso, é vedada qualquer outra forma de saudação gestual ou vocal como, por exemplo, aplausos, gritos de ordem ou manifestações ostensivas do gênero, sendo estas desrespeitosas ou não.

Segundo a Seção II da mesma lei, execuções simplesmente instrumentais devem ser tocadas sem repetição e execuções vocais devem sempre apresentar as duas partes do poema cantadas em uníssono. Portanto, em caso de execução instrumental prevista no cerimonial, não se deve acompanhar a execução cantando, deve-se manter, conforme descrito acima, silêncio.

Em caso de cerimônia em que se tenha que executar um hino nacional estrangeiro, este deve, por cortesia, preceder o Hino Nacional Brasileiro.

A Lei nº 12.031, publicada em 22 de setembro de 2009, no Diário Oficial da União, após ser aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Senhor Presidente da República em exercício, José de Alencar, acrescentou um parágrafo ao artigo 39 da Lei nº 5.700, de 1971, que define como símbolos nacionais a Bandeira, o Hino, as Armas e o Selo Nacionais, obrigando as escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental a executar o Hino Nacional uma vez por semana.

Esta determinação legal visa oferecer condições de aprofundar a leitura dos alunos e consolidar em professores, sobretudo os de Língua Portuguesa, o domínio semântico e etimológico da linguagem em que foi criada a letra do Hino Nacional. Além disso, o comportamento ético deverá ser organizado e repensado dentro do espaço escolar.

Em 2009, a letra do Hino, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada, completou 100 anos. As dificuldades em desenvolver as habilidades de ler e interpretar o Hino Nacional Brasileiro, por grande parte dos alunos que freqüentam o ensino fundamental das escolas públicas, levam a refletir sobre esse processo ensino-aprendizagem determinado no texto legal.

O estudo dessas dificuldades pode indicar ações para tornar esse processo mais produtivo e satisfatório, tanto para o professor como para o aluno. Não se trata apenas de compreender a letra do hino e o significado de suas expressões, mas de possibilitar aos alunos e aos professores a percepção dos componentes éticos e cidadãos das representações nacionais presentes no poema, para facilitar a sua aprendizagem pelos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas, de forma responsável e solidária.

Será preciso considerar também a necessidade de capacitação docente, no sentido de fundamentar e de facilitar o trabalho dos professores diante da tarefa atribuída pelo texto legal às escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental, que agora são obrigadas a executar o Hino Nacional uma vez por semana.

CAPÍTULO 2

REFLEXÃO SOBRE O CARÁTER FORMADOR DO CIDADÃO BRASILEIRO

De acordo com os temas transversais, no projeto educativo das escolas, o

convívio escolar refere-se a todas as relações e situações vividas na escola, dentro e fora da sala de aula, em que estão envolvidos direta ou indiretamente todos os sujeitos da comunidade escolar.

Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos temas transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida. A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos do conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extra-escolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos.

Os temas transversais, portanto, dão sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais, superando assim o aprender apenas pela necessidade escolar de "passar de ano".

Propor que a escola trate questões sociais na perspectiva da cidadania coloca imediatamente a questões da formação dos educadores e de sua condição de cidadãos. Para desenvolver sua prática, os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção de cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres de valorização profissional.

Tradicionalmente, a formação dos educadores brasileiros não contemplou essa dimensão. As escolas de formação inicial não incluem matérias voltadas para a formação política, nem para o tratamento de questões sociais. Ao contrário, de acordo com as tendências predominantes em cada época, essa formação voltou-se para a concepção de neutralidade do conhecimento do trabalho educativo.

Porém, o desafio aqui proposto é o de não esperar por professores que só

depois de "prontos" ou "formados" poderão trabalhar com alunos. Sem desconhecer a necessidade de investir na formação inicial e de criar programas de formação continuada, é possível afirmar-se que o debate sobre as questões sociais e a eleição conjunta e refletida dos princípios e valores, assim como a formulação e implementação do projeto educativo já iniciam um processo de formação e mudança. A discussão sobre ética necessita ser constantemente contemplada e deve acompanhar de perto o trabalho que se faz com os alunos, uma vez que se trata de uma proposta nova, como processo sistemático e explícito, necessitando aprofundamento, leituras e discussões.

Para o professor, a escola não é apenas lugar de reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes. É, também, lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidade.

Em relação à perspectiva da autonomia, no ensino de valores, ela se refere, por um lado, a um nível de desenvolvimento psicológico, e, por outro lado, à uma dimensão social. A autonomia pressupõe uma relação na qual os outros se fazem necessariamente presentes como alteridade. Nesse sentido, trata-se de uma perspectiva de construção de relações de autonomia. Não existe autonomia pura, como se fosse uma capacidade absoluta de um sujeito isolado. Por isso, só é possível realizá-la como processo educativo, o que implica relações de poder não autoritárias.

Lembrando que a dimensão ética da democracia consiste na afirmação daqueles valores que garantem a todos o direito a ter direitos, é preciso fazer uma distinção entre afirmação e imposição de valores.

Ainda, segundo orientações dos parâmetros curriculares nacionais, a imposição, por si própria, contraria o princípio democrático da liberdade e, com isso, o máximo que se consegue é que as pessoas tenham "comportamentos adequados" quando sob controle externo, o que é essencialmente diferente da perspectiva da autonomia na construção de valores e atitudes.

O comportamento pessoal se articula com inúmeros outros fatores sociais, seja na manutenção, seja na transformação desses valores e das relações que os sustentam. Portanto, o desenvolvimento de atitudes pressupõe conhecer diferentes valores, poder apreciá-los, experimentá-los, analisá-los criticamente e eleger livremente um sistema de valores para si.

Concretizar essa intenção exigirá que os valores eleitos e a intenção de ensiná-los sejam explicitados para todos, principalmente para os alunos, e que o trabalho pedagógico inclua a possibilidade de discussão e questionamento e a não ocultação de contradições, conflitos e confrontos. Pressupõe compreender que conflitos são inerentes aos processos democráticos, são o que os fazem avançar e, portanto, não são algo negativo a ser evitado. O fato de os alunos serem crianças e adolescentes não significa que sejam passivos e que recebam sem resistência ou contestação tudo o que implícita ou explicitamente se lhes quer transmitir.

Isso significa valorizar positivamente a capacidade de questionar e propor mudanças, buscando construir situações didáticas que potencializem tal capacidade e possibilitem o aprendizado de modo a utilizá-lo de forma consequente, responsável e eficaz.

A formação da cidadania se faz, antes de mais nada, pelo seu exercício: aprende-se a participar socialmente, participando. E a escola será um lugar possível para essa aprendizagem se promover a convivência democrática no seu cotidiano. No entanto, se a escola negar aos alunos a possibilidade de exercerem essa capacidade, estará, ao contrário, ensinando a passividade, a indiferença e a obediência cega. É aqui que a importância do convívio escolar ganha amplitude, a fim de tomar a escola como espaço de atuação pública dos alunos.

Ainda de acordo com os parâmetros curriculares nacionais, os princípios fundamentais da vida democrática, quanto ao caráter político e social da vida dos seres humanos, corresponde a um processo, uma construção da qual participa cada indivíduo na relação com os outros. Diante dos conflitos, das questões complexas, percebem-se os limites das respostas oferecidas pela moral e pela necessidade de problematizar

essas respostas, verificar a consistência de seus fundamentos. É aí que entra a ética.

A ética é a reflexão crítica sobre a moralidade. Ela não tem um caráter normativo, pois, ao fazer uma reflexão ética, pergunta-se sobre a consistência e a coerência dos valores que norteiam as ações, busca-se esclarecer e questionar os princípios que orientam essas ações para que elas tenham significado autêntico nas relações.

É nessa medida que se pode afirmar que a prática cotidiana transita continuamente no terreno da moral, tendo seu caminho iluminado pelo recurso à ética.

A moral já se encontra instalada na prática educativa que se desenvolve nas escolas: o cotidiano escolar está encharcado de valores que se traduzem em princípios, regras, ordens, proibições. O que se quer é que a ética aí encontre espaço, a fim de que se reflita sobre esses princípios. A ética é um eterno pensar, refletir, construir. Em que se fundamentam essas regras? Qual a sua finalidade? A que interesses atendem essas ordens? Que resultados pretendem essas proibições?

A cidadania é também uma condição construída historicamente. Compreensões diversas do conceito de cidadania são encontradas em situações diferentes. Seu sentido mais amplo aponta para a possibilidade de participação efetiva na produção e usufruto de valores e bens de um determinado contexto, e para o reconhecimento do direito de falar e ser ouvido pelos outros.

A vida política é a forma de existência humana em comum e diz respeito tanto às vivências de caráter privado, na instância da intimidade dos indivíduos ou dos grupos, quanto ao poder de participação na esfera política. Ser cidadão é participar de uma sociedade, tendo direito a ter direitos, bem como a construir novos direitos e rever os já existentes. A dimensão moral das ações humanas guarda uma perspectiva de intencionalidade.

Um dos nomes do bem, como finalidade da vida humana, é felicidade, aqui entendida como concretização de vida humana, que tem sempre um caráter coletivo. Isso não quer dizer que não possa ou não deva haver a experiência particular de

felicidade. Entretanto, o que se demanda numa sociedade, na perspectiva política, é que se compartilhem as condições de felicidade.

Cidadania é liberdade em companhia. A liberdade que se experimenta socialmente não significa apenas ausência de constrangimentos, mas principalmente possibilidade de empreender uma ação, um gesto que tem, na relação com os outros em sociedade, um caráter político. A experiência da liberdade se dá num contexto social, coletivo e, portanto, ninguém é livre sozinho. A liberdade é compartilhada da mesma forma que é também a responsabilidade: co-responsabilidade, partilha de deveres e poderes, que pressupõe a criação de um espaço de superação do individualismo e de possibilidade de definição de regras e normas de comportamento com a participação de todos e levando-se em conta a felicidade de todos.

A sociedade brasileira propõe uma reflexão dentro da ética, pois, se a escola deve ter como tarefa a formação da cidadania e se esta ganha seu sentido pleno num contexto democrático é fundamental verificar que situação existe hoje no Brasil. As leis que regem as ações do povo brasileiro apontam efetivamente na direção da cidadania? Mais ainda, que atitude têm os indivíduos diante delas? A educação que se oferece nas escolas capacita de fato os indivíduos para atuar crítica e construtivamente?

Em busca de respostas, é imperativa a remissão à referência nacional brasileira: a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, na qual se encontram os princípios éticos que devem reger a sociedade brasileira. Não é isso o que se tem percebido no conjunto da sociedade brasileira, pois sua trajetória histórica não criou uma tradição democrática, de práticas sociais efetivamente pautadas nesse princípio.

Assim, muitos têm se questionado se vivem de fato em uma sociedade democrática. Os valores expressos na Constituição afirmam que sim. As práticas cotidianas concretas, recheadas de discriminações, preconceitos, violências, desconsiderações, parecem afirmar que não. É este o desafio maior que se apresenta à sociedade, mais particularmente, à escola, como espaço de socialização e criação de conhecimentos e valores.

Trabalhar com crianças e adolescentes de maneira responsável e comprometida, do ponto de vista ético, significa proporcionar aprendizagens de conteúdos e desenvolvimento de capacidades para que possam intervir e transformar a comunidade de que fazem parte, fazendo valer o princípio da dignidade e criando espaços de possibilidade para construção de cidadania. Daí a proposta da presença da ética na organização curricular.

Em 1826, o primeiro projeto de ensino público apresentado à Câmara dos Deputados previa que o aluno deveria ter "conhecimentos morais, cívicos e econômicos". Não se tratava de conteúdos, pois não havia ainda um currículo nacional com elenco de matérias. Quando tal elenco foi criado, em 1909, a educação moral não apareceu como conteúdo, mas já havia essa preocupação quando se tratou das finalidades do ensino.

Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário falava em "formação de personalidade integral do adolescente", e em acentuação e elevação da "formação espiritual, consciência patriótica e consciência humanista" do aluno. E em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional colocava entre suas normas a "formação moral e cívica do aluno". Em 1971, por meio da Lei nº 5.692/71, instituiu-se a Educação Moral e Cívica como área da educação escolar no Brasil.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/96), em seu título II, artigo 2º, afirma que "a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O questionário foi respondido por 5 coordenadores de escolas públicas (04) e particulares (01). Entre eles, 03 coordenadores do ciclo I e 02 coordenadores do ciclo II. Também foi aplicado e respondido por 10 professores, 05 do ciclo I e 05 do ciclo II. Foram obtidos os seguintes resultados:

Questão 1 - Você conhece e sabe cantar o Hino Nacional por inteiro?

Alternativas	Coord I	Coord II	Prof I	Prof II	Total
Conheço, mas só sei cantar o refrão.	-	-	-	-	-
Conheço, mas não sei cantar de cor.	-	01	01	01	03
Conheço, mas não entendo a letra e	01	-	01	01	03

não sei cantar por inteiro.					
Conheço e sei cantar por inteiro	02	01	03	03	09
Total	03	02	05	05	15

De acordo com as respostas obtidas, é possível afirmar que 09 sujeitos, entre coordenadores e professores pesquisados conhecem e sabem cantar o Hino Nacional Brasileiro por inteiro. Os demais afirmam conhecer, mas não saber de cor a letra (03) ou não entender a letra e não saber cantar por inteiro (03).

Considerando que os respondentes são professores e coordenadores, profissionais de educação responsáveis pelo planejamento e implementação de processos formativos junto a alunos e à equipe escolar, parece necessário prover situações de formação continuada sobre o tema em questão.

Questão 2 - Em que disciplinas o Hino foi trabalhado em sua escola?

Alternativas	Coord I	Coord II	Prof I	Prof II	Total
Em todas as disciplinas	01	-	02	01	04
Apenas em Língua Portuguesa	01	01	01	02	05
Apenas em algumas disciplinas	-	-	-	-	-
Em nenhuma delas	01	01	02	02	06
Total	03	02	05	05	15

Quais? Não houve resposta à alternativa.

Para esta questão, os coordenadores e professores dos ciclos I e II escolheram três das quatro alternativas possíveis, indicando que o Hino Nacional foi trabalhado em Língua Portuguesa (05) ou em todas as disciplinas (04) ou em nenhuma delas (06). O conjunto de respondentes se distribuiu em três subconjuntos de grandeza

assemelhada. Essa situação, no entanto, parece menos séria quando se considera que dos quinze (15) sujeitos, 09 afirmam que o Hino Nacional foi trabalhado em disciplinas e 06 marcam que não foi trabalhado em disciplinas.

Esse fato precisa ser entendido no contexto do processo de trabalho escolar. Atualmente, a equipe do ciclo I planeja suas atividades em atividade multidisciplinar e, nas escolas públicas, atendem ao currículo oficial do Estado de São Paulo, determinado pelo Programa LER E ESCREVER. Dessa forma, a alfabetização é desenvolvida por meio de atividades organizadas em sequências didáticas e com objetivos gerais em um currículo em espiral, apoiado em conceitos de resolução de problemas. Este trabalho é novo e ainda se encontra pouco claro, confuso mesmo, para os professores desse ciclo, que não identificam as possibilidades para ampliar e planejar com segurança as práticas escolares.

Em relação aos profissionais do ciclo II, as respostas também deixam claro que o trabalho coletivo das Unidades Escolares ainda não foi implantado. A sistematização das ações planejadas pelas disciplinas escolares também não é efetiva.

Questão 3 - A proposta pedagógica de sua escola inclui a obrigatoriedade de cantar o Hino pelo menos uma vez por semana, no projeto de ações coletivas?

Alternativas	Coord I	Coord II	Prof I	Prof II	Total
Sim, toda equipe reserva um momento para cumprir essa ação coletiva pré-estabelecida no projeto da escola.	01	-	01	-	02
Sim, mas essa ação não é realizada na prática	-	-	01	03	04
Não, o conteúdo das disciplinas estabelecido na proposta curricular é mais importante.	02	02	03	02	09

Total	03	02	05	05	15
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Por que? Respondido apenas pelos professores do ciclo II: A ação não é realizada na prática porque “fica difícil agrupar os alunos e ninguém da equipe ajuda.”

Observando-se a concentração das respostas (09) no item “Não, o conteúdo das disciplinas estabelecido na proposta curricular é mais importante” é possível entender que as propostas pedagógicas das escolas ainda não incluem a obrigatoriedade de cantar o Hino Nacional pelo menos uma vez por semana. Às vezes, os professores mencionam a intenção de cantá-lo, mas a atividade não é realizada na prática. De modo geral, a equipe gestora não atende à obrigatoriedade por ausência de liderança que imponha as rotinas escolares. Em algumas escolas do ciclo I, esta prática é realizada regularmente, mas a continuidade não é mantida pela equipe do ciclo II.

Questão 4 - Durante a reunião de pais, comemorações cívicas e/ou eventos esportivos, a comunidade participa da execução do Hino Nacional em sua escola?

Alternativas	Coord I	Coord II	Prof I	Prof II	Total
Às vezes, mas a maioria não sabe cantar o Hino.	02		01	03	
Sempre, a escola executa o Hino em todas as ocasiões e a comunidade participa.	01				
Raramente, pois nem sempre consta da pauta dos eventos.			04	02	
Total	03	02	05	05	15

Obs: falta a resposta dos coordenadores do ciclo II

Na escola particular, o conceito de currículo é mais explicitado entre os profissionais de educação e familiares, e as ações rotineiras são acompanhadas e cobradas com mais seriedade. Os pais, durante as reuniões, são mais exigentes e, durante os eventos esportivos ou comemorativos, participam ativamente. Mas, mesmo

assim, cantar o Hino Nacional nem sempre faz parte da pauta de atividades.

Nas escolas públicas, raramente, consta da programação a execução do Hino Nacional. Os eventos realizados com a participação da comunidade destinam-se, em sua maioria, à divulgação das notas dos alunos, durante reunião de pais, e conversas sobre disciplina escolar. Em geral, não há rotina de mostrar aos pais as produções que os alunos realizaram ao longo dos bimestres, promover campeonatos ou atividades de divulgação de projetos que a escola tenha desenvolvido. O Hino Nacional é lembrado apenas durante o período da Copa do Mundo em que o Brasil participa dos jogos de futebol.

Questão 5. Você conhece a postura adequada para ouvir o Hino Nacional?

Alternativas	Coord I	Coord II	Prof I	Prof II	Total
Conheço, e ponho a mão direita no coração.					
Conheço, fico emocionada(o) e aplaudo ao final do Hino.	02		01	01	04
Conheço e pratico.	01	02	04	04	11
Total	03	02	05	05	15

As respostas indicam que os profissionais da educação conhecem a postura adequada para ouvir o Hino Nacional, mesmo que não a exercitem com frequência junto dos alunos.

As propostas pedagógicas das escolas públicas obedecem as intenções da proposta curricular do Estado de São Paulo, descrita em material específico, o que torna o planejamento fechado e possibilita a cobrança de resultados pelas instituições oficiais, em termos da utilização do material oferecido para as escolas. O conceito de currículo escolar, nesse caso, torna-se ineficiente e tem seu foco desviado.

Os Temas Transversais, que deveriam permear todas as atividades na

proposição de questões relativas à ética e cidadania não são reconhecidos, planejados e experimentados pelos profissionais, como ponto de partida na organização dos trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preparo para cidadania, citado na LDBEN 9394/96, levam-nos a crer que toda seleção curricular é marcada por determinantes e fatores curriculares, sociais e políticos, que podem ser analisados de forma isolada, para efeito de estudo, mas se encontram amalgamados no social. Conhecimentos sociológicos são indispensáveis na discussão cultural, pelas possibilidades que abrem de compreensão de processos complexos, onde se dão interações entre fenômenos de diferentes naturezas. A escola pode fortalecer sua atuação tanto mais quanto seja conhecedora dos problemas presentes na estrutura socioeconômica, de como se dão as relações de dominação, qual o papel desempenhado pelo universo cultural nesse processo.

Nesses estudos são analisados os vínculos entre escola e democracia, escola e cidadania, democracia e currículo, permitindo uma reflexão voltada especificamente para o interior da escola e da sala de aula. Cada um desses desenvolvimentos poderá estar presente conforme a necessidade e oportunidade do trabalho em sala de aula.

O cotidiano oferece muitas manifestações que permitem o trabalho sobre os fatos da comunidade ou do entorno escolar, as festas locais, as questões típicas de adolescência e juventude, as notícias de jornal, rádio e TV, Internet. Todos são instrumentos pedagógicos a serviço da formação de crianças e adolescentes. Partilhar e desenvolver na proposta pedagógica da escola um cotidiano em que o simples "olhar-se" permite a constatação de que todos - alunos, professores e demais auxiliares do

trabalho escolar - podem desenvolver uma experiência de interação "entre diferentes" na qual cada um aprende e cada um ensina.

Aprender a posicionar-se de forma que compreenda a relatividade de opiniões, preferências, gostos, escolhas, é aprender o respeito ao outro. Ensinar suas próprias práticas, histórias, gestos e tradições, é fazer-se respeitar ao dar-se a conhecer. Esse respeito não é incompatível com o respeito às normas institucionais embora possa, às vezes, necessitar flexibilidade em sua aplicação, por exemplo: os feriados, os feriados religiosos, elencados no calendário escolar. A intencionalidade se faz necessária como produto de uma reflexão que permite à equipe gestora e aos professores uma reflexão para perceber o papel que desempenham nessa questão. Trata-se de ter certeza de que cada um de seus gestos pode fazer a diferença entre o reforço de atitudes inadequadas e a chance de abrir novas possibilidades de respeito.

Segundo, artigo de Rosely Sayão, publicado na **Folha de São Paulo**, em 26 de fevereiro de 2004, "S.O.S. FAMÍLIA", por que hoje restaurantes precisam colocar placa na porta informando que não atendem homens sem camisa? Por que é necessário que, em cinemas, teatros, palestras, salas de concerto, haja avisos e mais avisos para desligar celulares? Por que casais de adolescentes se comportam na rua como se estivessem no quarto? Em parte, porque a escola não tem cumprido seu papel de preparar o aluno para viver no espaço público, de diferenciá-lo do privado e de ensinar o que é e o que não é permitido nos diferentes ambientes de convívio social. A postura adequada ao ouvir e cantar o Hino Nacional ensina-se e aprende-se.

Existem profissionais da educação que sentem nostalgia por não terem sido jovens em gerações passadas. Saudade do enfrentamento com os militares dos anos 1970, da organização estudantil nas ruas, do sonho socialista-comunista-anarquista-marxista-leninista. Ter saudade da ditadura, segundo artigo da **Revista Veja**, Edição Especial Jovens/Junho de 2004, p. 82, é ter saudade de conhecer a tortura, o medo, a falta de liberdade. Da mesma forma, quem sente nostalgia dos anos 1980 se esquece do dogmatismo, militante das tribos daqueles tempos, fossem punks, góticos ou metaleiros. Hoje o cenário pode parecer aborrecido ou irritante para muita gente que tem uma visão romântica de outras décadas. Mas nada melhor que a liberdade que

temos hoje para saber qual é a realidade de uma sociedade. Hoje, existem ferramentas melhores para a pesquisa e a diversão. Seria bom se a juventude participasse de forma mais efetiva na luta pela educação e pela leitura. Ler mais vai fazer a diferença. Repensar a escola também é fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. Lei que trata dos Símbolos Nacionais, entre eles o Hino Nacional. Hino nacional será obrigatório nas escolas. Disponível em <<http://gl.globo.com/jornalhoje/0>>. Acesso em out, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros nacionais**- Brasília: MEC/SEF, 1997. P. 38-50

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**.- Brasília: MEC/SEF, 1998.

MACEDO, Lino de. **Desafios à prática reflexiva na escola**. Pátio: revista pedagógica. Porto Alegre: Artmed, v. 6, n. 23, p. 12-15, set./out. 2002.

MACEDO, Lino de. **Reflexões sobre o cotidiano na sala de aula**. Pátio: revista pedagógica. Porto Alegre: Artmed, v. 6, n. 22, p. 10-13, jul/ago. 2002.

MELLO, Guiomar Namó de. **Educação escolar brasileira: o que trouxemos do século XX?** São Paulo: Artmed, 2004. P. 59-64.

MENEZES, Luiz Carlos de. **Projeto pedagógico: rever o quê, mudar por quê**. Revista da Educação. São Paulo: FDE, V. 10, N. 14, P. 29-34, dez. 2000.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e Competência**. (3ª. Ed.) São Paulo: Cortez. 1995.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio**: documentos de apresentação. São Paulo: SE, 2008.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio**. São Paulo: SE, 2008.

Anexo 1

VOCABULÁRIO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO

BRADO – Palavra ou frase dita em voz muito alta; grito.

CLAVA – Tipo de porrete para manejo com as duas mãos em combate corpo a corpo e usado comumente por povos antigos ou primitivos. Tacape (ou borduna) é tipo de clava de indígenas brasileiros. Na clava inteiriça, a ponta que o guerreiro empunha tem mais ou menos a grossura do pulso de homem; a partir daí, a arma vai engrossando, e termina maciça, pesada, arredondada, muitas vezes com saliências obtusas ou pontiagudas. Em outro tipo, essa extremidade de impacto, a cabeça, é feita de material mais pesado e duro, geralmente pedra ou metal, e amarrada ou firmemente encaixada na haste. Em algumas representações artísticas de Hércules (nome latino, Hércules), esse herói da mitologia grega aparece armado com pesada clava de madeira.

Em combates da Antiguidade e da Idade Média, usava-se clava para derrubar ou machucar guerreiros resguardados com escudo e armadura contra flechadas, pontões de lança ou cortes de espada. Golpe de clava podia causar fratura mesmo em combatentes protegidos por cota de malha (couraça flexível formada pelo encadeamento de plaquetas ou entrelaçamento de pequenos anéis metálicos).

Por isso, e como a lei da Igreja proibia aos sacerdotes católicos derramar sangue, alguns deles interpretavam esse preceito como proibição de usar armas cortantes ou perfurantes, mas não as contundentes. Combatiam então armados de maça, tipo de clava curta que o cavaleiro podia manejar com uma das mãos enquanto a outra se ocupava do escudo e das rédeas.

O naipe de “paus” dos baralhos mais comuns de hoje mostra representações estilizadas de clavas ou maças.

COLOSSO – Estátua imponente pelas dimensões, que chega a exceder várias vezes o tamanho natural da pessoa ou coisa representada. Esculturas colossais eram relativamente comuns já em países da Antiguidade, sobretudo Egito e Grécia. A mais

famosa delas, uma das Sete Maravilhas, talvez tenha sido o Colosso de Rodes, situado na entrada do porto da colônia grega que lhe deu o nome.

Essa estátua de bronze e ferro, recheada de pedras, media 30 metros de altura. Representava o deus grego Hélios, personificação do Sol. Na construção, que levou doze anos, o escultor Chares de Lidos empregou metal obtido na fundição de armas e utensílios capturados aos macedônios, que haviam tentado conquistar Rodes no século IV a.C.

O Colosso de Rodes esteve de pé menos de meio século, de 280 a 224 a.C., quando um terremoto o derrubou. Conquistadores árabes venderam as partes remanescentes aos pedaços, como sucata, em 625 d.C.

Não se sabe ao certo qual era a forma do célebre monumento. Não se conhece dele nenhum desenho ou cópia produzidos enquanto existiu. Certa imagem muito divulgada, que o representa como gigante de pernas abertas entre as quais passam navios, é pura fantasia: para o vão das pernas ter sido tão amplo, o ídolo haveria de ter sido muito mais alto do que se sabe que foi. A falsa representação, criada na Idade Média, e reproduzida ainda hoje, originou-se provavelmente da função real do monumento, a de marco orientador da navegação: os marinheiros podiam avistá-lo de muito longe, e identificar por ele o porto de Rodes.

Em sentido figurado, colosso pode ser qualquer coisa ou fenômeno que se distinga por excepcional tamanho, poder, intensidade ou importância.

CRUZEIRO – “Cruz grande” (cruzeiro é o grau aumentativo de cruz, como luzeiro é o aumentativo de luz). No Hino, o cruzeiro mencionado é a constelação do Cruzeiro do Sul.

ESPELHA – “Reflete como se fosse espelho”. No Hino, o poeta usou esse verbo, em sentido figurado, para dizer que ele via correspondência, como um reflexo, entre a futura grandeza do Brasil (política, social, econômica, cultural) e a grandeza física de seu território.

ESPLÊNDIDO – A rigor, aquilo que reflete ou emite luz, ou que chama atenção pelo brilho. No uso comum, porém, esse termo tem significado mais genérico e menos preciso, aliás, como tantos outros adjetivos usados para expressar muita admiração ou

satisfação (“esplêndida reunião”, “dia esplêndido”). Nessa passagem do Hino, esplêndido é sinônimo de admirável, de excelente.

FLÂMULA – Bandeira pequena, estreita e alongada, às vezes triangular, mas que também pode terminar em duas ou mais pontas, ou mesmo denteada. As flâmulas vêm sendo usadas, há séculos, para identificação e comunicação por sinais, principalmente entre navios.

O termo diminutivo de flama (“chama”), porque, quando tremula ao vento, esse tipo de bandeirola lembra a chama de vela, tanto pela forma quanto por ser vistosa e sensível ao vento. Já em sentido mais genérico, flâmula pode designar qualquer bandeira.

FLORÃO – Ornamento em forma de flor. Variados tipos de florão têm sido usados em arquitetura para adornar frisos (faixas coloridas, ou em relevo, como as que contornam uma sala no ângulo de junção da parede com o forro). Florões mais comuns são moldados em gesso, outros são esculpidos ou produzidos em outros processos.

Há também florões de pedras e metais preciosos, em peças de ourivesaria como coroas e diademas (tipos de coroas mais leves e abertas em cima). Como no Hino o poeta compara o Brasil a florão que fulgura, essa alusão a brilho sugere que ele estivesse usando a palavra para descrever o Brasil como jóia engastada na América, e que o continente, no mesmo sentido figurado, também é preciosidade.

FORMOSO – Que chama atenção pela beleza ou harmonia das formas. No Hino, a expressão alude às constelações, às belas formas assumidas por grupos de estrelas no céu noturno do Brasil. Nessa configuração, o poeta notará que sobressai o Cruzeiro do Sul.

FÚLGIDOS – Que têm fulgor, isto é, luz própria ofuscante que se acende abruptamente, como a de relâmpago (fulgur, em latim). No senso genérico, fugido pode descrever qualquer coisa que emita ou reflita luz intensa.

FULGURAS – “Produzes fulgor”.

GARRIDA – Vistosa, alegre. Garrir significa “tagarelar com excitada alegria”. Cor garrida é a que chama atenção como se falasse animadamente. (Imagem semelhante, mas um

tanto depreciativa, é “cor berrante”.)

GENTIL – A rigor, de boa linhagem, descendente de gente distinta, estirpe por meio da qual lhe tenham chegado maneiras e princípios próprios da gente culta. Por exemplo, gentil-homem é sinônimo de fidalgo ou de cavalheiro. A origem desse adjetivo (no latim, gentilis) remonta à antiga Roma, onde, na classe dominante dos patrícios, se dava o nome de gens a cada clã (conjunto de famílias com antepassados comuns). Daí, o segundo nome de Caio Júlio César (mais correto como Gaio), que expressava o vínculo do imperador à secular gens Iulia (“estirpe Júlia”).

Mãe gentil, no Hino, é a mulher virtuosa que, por atos, ensinamentos e exemplos, passa aos filhos qualidades morais provadas e cultivadas numa linhagem tradicional, de muitas gerações. A expressão é tirada do poema Hino Constitucional Brasiliense, escrito por Evaristo Ferreira da Veiga em 1822 para saudar a Proclamação da Independência. A quadra inicial do poema, hoje quase nunca lembrado por inteiro, é:

Já podeis da Pátria filhos
Ver contente a mãe gentil.
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.

Essa quadra, e algumas outras que D. Pedro I selecionou do poema, formariam a letra do que é hoje o Hino da Independência, mas que se cantou como Hino Nacional em alguns períodos do Império.

IDOLATRADA – Venerada com o mesmo sentimento que diferentes religiões devotam a seus ídolos. O termo aqui é empregado como hipérbole, figura de estilo que efeitos de exagero. Ao dizer que a Pátria é “idolatrada” o poeta indica, de modo figurado, que, em certa medida e em certos aspectos (como fidelidade e reverência), o patriotismo se compara à devoção religiosa.

IMPÁVIDO – Sem pavor. Que não sente medo, destemido, que enfrenta perigos sem alarmar-se.

IPIRANGA – Riacho junto ao qual D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil, quando voltava de Santos para o Rio de Janeiro, via São Paulo. No parque existente no

lugar, hoje parte do bairro paulistano do Ipiranga, há um monumento alegórico, de colossais figuras de bronze, comemorativo da Independência. Anexo ao parque funciona o Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

LÁBARO – Insígnia militar e talismã adotado pelo imperador romano Constantino I, depois que ele se converteu ao cristianismo (embora só viesse a ser batizado anos depois, já no leito de morte).

Descrições e referências indiretas sugerem que o lábaro era estandarte quadrado de seda púrpura (tom entre roxo e escarlate), bordado em ouro e pedraria. Pendia de haste atravessada em cruz perto da ponta de longa lança dourada, que um soldado portava dirigida para o alto. Junto à ponta, (e provavelmente inscrita no estandarte), uma grinalda de ramos de louro, lavrada em ouro, contornava monograma sagrado. O monograma é chamado de chi-rho (nome que se pronuncia mais ou menos “quirô”) porque formado pela sobreposição das duas primeiras letras do nome de Cristo. A letra (chi, na forma maiúscula, pronúncia aproximada, qui), tem valor aspirado semelhante ao *rr* carioca na palavra *carro*, ou também ao *c* desta mesma palavra, porém mais aspirado; p (rho, na forma minúscula, que se pronuncia quase como um italiano diria *rr*o), tem valor de *r* trilado, embora mais brando quando no meio de uma palavra.

Não se conhece exemplar nem desenho original ou contemporâneo do lábaro de Constantino. Mas o chi-rho (também chamado de *chrismon*, forma abreviada da expressão híbrida *Christus monogramma*) subsiste hoje em representações do lábaro e, principalmente, como um dos emblemas milenares da Igreja Católica. No Hino, o poeta associa o respeito à bandeira ao sentimento religioso com que, tradicionalmente, os católicos têm venerado o lábaro.

LÍMPIDO- Transparente como água da fonte. Poetas romanos usavam o termo *lympa* (plural, *lymphoe*) como sinônimo de *aqua* (“água”), porque as *lymphoe*, identificadas com as ninfas (*nymphoe*), eram divindades das fontes. Daí também as palavras *limpa* e *linfa*.

NOVO MUNDO – Nosso continente, chamado assim pelos europeus antes de o nome América generalizar-se nos mapas. O epíteto sobreviveu como referência poética. Por exemplo, na comédia *A Tempestade*, que o dramaturgo inglês William Shakespeare

escreveu em 1611, a heroína, Miranda, refere-se ao continente como “*Brave New World*”.

A expressão shakespeariana se tornaria famosa, sobretudo séculos depois, como título irônico dum romance satírico de Aldous Huxley traduzido para o português como **Admirável Mundo Novo**. Mas Shakespeare, aliás; deve ter empregado *brave* no mesmo sentido da palavra latina da qual proveio *barbarus* (“bárbaro”, “inculto”, “rústico”). De *barbarus* advieram para o português termos como bravio e desbravar, pelo que tradução mais apropriada do título *Brave New World* poderia ter sido “Bravio Mundo Novo”.

OSTENTAS – “Exibes de modo a chamar atenção”. Ostentar deriva do latim, *ostentare*, que por sua vez proveio de expressão que significava “estender à frente”, “exibir”. O os é vestígio do prefixo *obs*, variante de *ob*, que denota, entre outras, a idéia de “à frente”, “diante de”, e subsiste assim em palavras como obstáculo, obstar (donde não obstante), obstinado, obstruir e obstetra (obstetrix era a parteira, a mulher que ficava diante da parturiente para assisti-la).

PÁTRIA – Esta palavra tem origem na expressão latina terra pátria (“terra paterna”).

PENHOR – Coisa retida em garantia do pagamento de dívida, do resgate de compromisso. No Hino, o penhor dessa igualdade é a garantia de que o Brasil seria igual às outras nações livres, sobretudo à que antes o dominava.

PLÁCIDAS- Serenas, apazíveis. Plácido tem a mesma origem da palavra prazer, mas no sentido de contentamento calmo e contemplativo, não perturbado por insatisfações. Placidus era “pacato”, “manso”, “cordato”, “sossegado”, “acomodatício” (e daí o sentido mais comum do moderno verbo aplacar) “aceitável”, “favorável”, “satisfatório”, “agradável”.

O termo placenta (um bolo sagrado) alude à forma chata daquilo que assenta, se acomoda, não conflita. Outro cognato conhecido de plácido é placebo. Na origem, placebo era a primeira pessoa do singular do futuro imperfeito do verbo placebo (forma infinitiva, placere).

Placebo é a palavra que abre o versículo 9 do Salmo 114 na Vulgata (a versão católica

da Bíblia em latim), o qual se traduz: “Agradarei ao Senhor no mundo dos vivos. “Parece que os médicos começaram a usar o termo como substantivo, na Europa do século XVII, para indicar a colegas que certa medicação inócua estava sendo prescrita apenas para agradar a pacientes hipocondríacos e sugestionáveis, para satisfazer-lhes a necessidade psicológica de remédio.

RESPLANDECE – “Reluz”, “brilha muito”.

RETUMBANTE – Que ressoa longe, em tom grave como de trovão distante. A palavra talvez derive da mesma onomatopéia que deu origem a tombo (originalmente, queda com estrondo oco). Onomatopéia é formação da palavra por imitação de algum som associado ao que ela refere.

SALVE! – Esta palavra não é do modo imperativo do verbo português salvar, mas sim do verbo latino *savere* (“gozar de boa saúde”, “estar são”). Entre antigos romanos, *salve!* era cumprimento que se poderia traduzir como “Tenha saúde!”. Ainda hoje, saudar (que literalmente equivale a fazer votos de saúde) é sinônimo de cumprimentar. Na letra do Hino, *Salve!* é sinônimo cerimonioso de *Viva!*, expressão equivalente e que teve origem na mesma linha de idéias.

SEIO – Esta palavra provém do latim, *sinus*, “curva” (daí sinuoso) e, por extensão, “dobra”, “vão”, “sulco”, “recesso”, “cavidade”. O médico chama de seios frontais, ou seios nasais, certas cavidades internas do crânio na região da frente ou do nariz; para referir os seios como proeminências do busto da mulher, em geral ele usa o termo *mamas* (do latim, no singular, *mamma*). Mas, no Hino, a palavra *seio* aparece com um terceiro significado, menos conhecido. Na antiga Roma, *sinus* era também o nome de certa prega da roupa na região do peito. Nessa dobra, semelhante à tipóia, a matrona podia acomodar seu bebê para amamentá-lo, ou para liberar um ou dois braços em afazeres como os de fiar e tecer. Nas duas vezes em que aparece na letra do Hino, portanto, o termo *seio* sugere acolhimento maternal, afetuoso e resguardado.

VERDE-LOURO – Verde-amarelo, o conjunto das cores principais da bandeira do Brasil.

VÍVIDO – Com energia ou animação daquilo que é vivo. Muito intenso, vistoso, evidente.

Anexo 2

Questionário de pesquisa para

Professores e Coordenadores Pedagógicos do Ensino Fundamental.

O presente questionário deve ser respondido de forma não identificada e as informações prestadas serão mantidas confidencialmente. Destina-se à coleta de dados para a realização de Monografia a respeito da Lei 12031, de 22 de setembro de 2009, que obriga as escolas públicas e particulares do Ensino Fundamental a executar o Hino Nacional uma vez por semana. Essa monografia será apresentada à PUC-SP, no curso

de especialização em Magistério de Ensino Superior.

Grata por sua colaboração, Dinéia.

1. Você conhece e sabe cantar o Hino Nacional Brasileiro?

- Conheço, mas só sei cantar o refrão.
- Conheço, mas não sei cantar de cor.
- Conheço, mas não entendo a letra e não sei cantar por inteiro.
- Conheço e sei cantar por inteiro.

2. Em que disciplina o Hino foi trabalhado em sua escola?

- Em todas as disciplinas.
- Apenas em Língua Portuguesa.
- Apenas em algumas disciplinas. Quais? _____
- Em nenhuma delas.

3. A proposta pedagógica de sua escola inclui a obrigatoriedade de cantar o Hino pelo menos uma vez por semana, no projeto de ações coletivas?

- Sim, toda equipe reserva um momento para cumprir essa ação coletiva pré-estabelecida no projeto da escola.
- Sim, mas essa ação não é realizada na prática. Por que? _____
- Não, o conteúdo das disciplinas estabelecido na proposta curricular é mais importante.

4. Durante a reunião de pais, comemorações cívicas e/ou eventos esportivos, a comunidade participa da execução do Hino Nacional em sua escola?

- Às vezes, mas a maioria não sabe cantar o Hino.
- Sempre, a escola executa o Hino em todas as ocasiões e a comunidade participa.
- Raramente, pois nem sempre consta da pauta dos eventos.

5. Você conhece a postura adequada para ouvir o Hino Nacional?

() Conheço, e ponho a mão direita no coração.

() Conheço, fico emocionada(o) e aplaudo ao final do Hino.

() Conheço e pratico.